

RELAÇÕES FAMILIARES E TRABALHO FEMININO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 90¹

Lilia Montali
Giovana Lopes

RESUMO: Este artigo tem por objetivos mostrar, no atual contexto de expansão da atividade feminina no mercado de trabalho, que a inserção ocupacional das mulheres é diferenciada segundo a posição das mesmas na família, bem como são distintas as trajetórias da inserção durante os anos 90.

A década de 90 foi de profunda transformação do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, decorrente da reestruturação produtiva provocada pela internacionalização da economia e pelo baixo ritmo de crescimento. Desse processo resultaram mudanças nas formas de inserção no mercado de trabalho expressas pela precarização dos vínculos contratuais, aumento do desemprego e alterações no padrão de absorção da força de trabalho, restringindo com mais ênfase o trabalho masculino. Estas tendências refletem-se na família em rearranjos de inserção no mercado de trabalho com crescimento da participação das cônjuges e das mulheres chefes de família entre os responsáveis pela sua manutenção. Permanece mais baixa, porém cresce durante a década, a importância dos componentes femininos na composição dos rendimentos familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, trabalho feminino, divisão sexual do trabalho, família.

O trabalho feminino, sua evolução, mudanças e persistências vem sendo bastante analisado nas últimas décadas no âmbito nacional, latinoamericano e mundial.

No país, os principais processos de mudanças, tais como o aumento da participação, a continuidade da concentração do emprego no setor terciário (Bruschini; Lombardi, 2000; Troncoso, 2000), com alterações no maior acesso à ocupações de maior qualificação (Brus-

¹ Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional ABEP de 2002, junto ao GT População e Trabalho. Este artigo é um dos produtos gerados pelo “Projeto: Duas décadas de mudanças na Região Metropolitana de São Paulo: família-trabalho, emprego e condições de vida”, apoiado pelo CNPq através de Auxílio Integrado e desenvolvido junto ao NEPP/UNICAMP, sob responsabilidade de Lilia Montali.

chini; Lombardi, 1999), porém mantendo a bi-polarização da inserção feminina, vêm sendo mostrados especialmente para as regiões metropolitanas.

Os estudos têm mostrado também que se altera o padrão de idade e a permanência no mercado de trabalho, resultando no envelhecimento da força de trabalho feminina e em maior participação das mulheres casadas (Wadjnman; Rios-Neto, 2000).

Nos anos 90 é crescente a inserção das mulheres casadas em atividade no mercado de trabalho, mesmo que a maternidade ainda afete as taxas de participação para as mais jovens (Bruschini, 2000). Tal tendência já iniciada na década anterior, ganha força a partir da década de 90 e persiste até o momento presente. Alguns estudos nos anos noventa mostraram inclusive a importância da renda do trabalho das cônjuges para renda familiar (Montali, 1998, 2000; 2002; Troncoso, 2000; SEADE, 2002a).

Os processos mencionados são compartilhados por países da América Latina (ALAST, 2000) e a maior participação da mulher no mercado de trabalho passa a constituir importante fator de diminuição da pobreza (Abramo, 2000; CEPAL, 1995, *apud* Abramo).

Este artigo tem por objetivos mostrar, no atual contexto de expansão da atividade feminina no mercado de trabalho, que a inserção ocupacional das mulheres é diferenciada segundo a posição das mesmas na família, bem como é distinta a trajetória da inserção destas durante os anos 90.

A análise das características da inserção ocupacional das mulheres que desempenham papéis familiares como chefes de família, cônjuges e filhas, evidenciam especificidades associadas ao desempenho de tais papéis. O presente trabalho propõe este atributo como um dos elementos importantes a serem considerados nos estudos sobre trabalho feminino, na medida em que os perfis dessa inserção diferenciada e as tendências observadas na década afetam o perfil do trabalho da mulher.

Com poucas exceções, as análises sobre o trabalho feminino referem-se às mulheres como se estas fossem parte de um casal e tivessem filhos sob sua responsabilidade, atribuindo a tais situações familiares grande parte das limitações para sua inserção no mercado de trabalho. É essa a imagem dominante também no imaginário empresarial (Hirata, 2001; Abramo, 2000). Ainda que seja a realidade de parte das mulheres, não é exatamente a de sua maioria. Tomando como referência a Região Metropolitana de São Paulo, pouco menos que a metade das mulheres em idade ativa (45,5%) e cerca de 46% das mulheres ocupadas em 2000 fazem parte de um casal - e são aqui identificadas como “cônjuges”-; cerca de 20% das ocupadas são chefes de família do sexo feminino e cerca de 26% são filhas.² A tais posições na família, às quais correspondem distintas atribuições e responsabilidades, associam-se perfis de inserção no mercado de trabalho também distintos, como se verá.

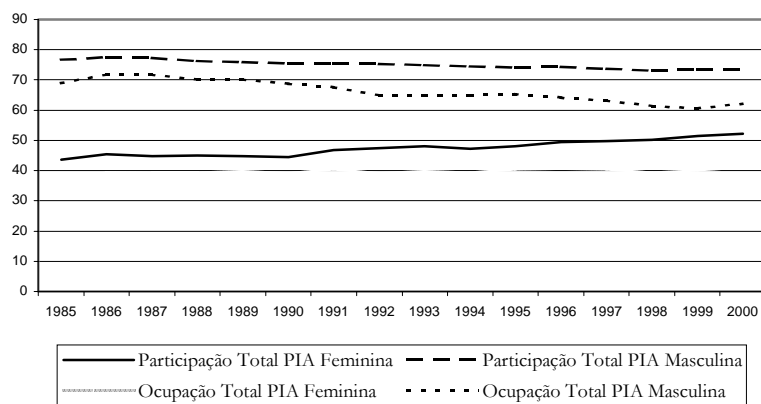
MUDANÇAS NO EMPREGO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA DÉCADA DE 90

Análises sobre o mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90 indicam que o processo de reestruturação produtiva e o baixo crescimento da economia, especialmente na segunda metade da década, vêm restringindo com mais ênfase os postos de trabalho masculinos. As evidências deste fato são, na primeira metade dos anos 90, as tendências de queda na taxa de participação masculina e acentuada queda nas suas taxas de ocupação, ao mesmo tempo em que se eleva a taxa de participação feminina e se mantêm as taxas de ocupação femininas oscilando num mesmo patamar (Brandão; Montagner, 1996). Na segunda metade da década há continuidade da tendência de queda mais acentuada nas taxas de ocupação masculina, apesar da redução para ambos os sexos das possibilidades de absorção

² Cerca de 8% das mulheres ocupadas são parentes e não parentes em sua posição na família.

pele mercado de trabalho, resultando em taxas muito elevadas de desemprego a partir de 1997 (Gráfico 1).³

GRÁFICO 1 – Taxa de participação e ocupação por sexo
Região Metropolitana de São Paulo – 1985-2000 em porcentagem



Fonte: SEADE – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: Montali, L. NEPP/UNICAMP, 2002

Outra decorrência das alterações no padrão de incorporação da força de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90 são as maiores restrições ao trabalho encontradas pelos jovens (Pochmann, 1998). As evidências mais uma vez, mostram que, embora para ambos os sexos tenham crescido as taxas de desemprego, também nesse segmento são os jovens masculinos os mais prejudicados, no sentido de terem perdido postos de trabalho de melhor qualidade para os trabalhadores adultos, quando comparados às jovens do sexo feminino (Lourenço, 2002).

Assim, o crescimento da taxa de participação regional na década, que passou de 60,2% em 1990 para 61,6% em 1998, 62,2% em

³ Pequenas diferenças nos dados aqui apresentados com aqueles divulgados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE, nossa fonte de dados, decorrem de critérios adotados, que privilegiam os componentes da família, desconsiderando nos cálculos pessoas que residem no domicílio porém apresentam relações monetárias, como é o caso de empregados domésticos e filhos destes e, também, de pensionistas.

1999 e 62,5% em 2000, é atribuído à taxa de participação feminina que cresce, progressivamente, ao passo que a taxa de participação masculina, mais elevada, apresenta tendência de queda. Essa tendência permanece até o momento presente (PED/SEADE. *Home Page*, 2002).⁴

A tendência de crescimento da taxa de participação feminina ao mesmo tempo em que cai a taxa de participação masculina vem sendo encontrada, embora com especificidades, em países da América Latina e da Europa, mais especialmente nos anos 90 (Abramo, 2000; Bruschini; Lombardi 2000; Posthuma; Lombardi, 1997; Hirata, 1997; González de la Rocha, 1997).

Na análise das tendências de redução do emprego masculino e de manutenção de postos femininos na Região Metropolitana de São Paulo são os conceitos da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero que, ao possibilitarem explicar os modos diferenciados de inserção de homens e mulheres no sistema produtivo, bem como as formas de gestão da força de trabalho também diferenciadas por sexo, que auxiliam no entendimento dos efeitos diferenciados da reorganização das atividades econômicas sobre o emprego masculino e feminino.

Possibilitam ainda interpretar as mudanças e permanências observadas no trabalho feminino. Embora na segunda metade dos anos 90 acentuem-se mudanças na inserção das mulheres no mercado de trabalho, tais como a entrada em novos postos de trabalho antes tipicamente masculinos (Troncoso, 1998 a; Hirata, 1998; Roy, 1999) e aumente sua participação entre os profissionais de nível superior em profissões de maior prestígio antes reservadas aos do sexo masculino (Bruschini; Lombardi, 1999), grande parte das mulheres concentra-se em ocupações tradicionalmente femininas. Assim, persiste no decorrer dos anos 90 a "sexualização" das ocupações, ou seja, existem fun-

⁴ Dando continuidade à tendência referida, análises da Fundação SEADE mostram que, em 2001, a taxa de participação na Região Metropolitana de São Paulo foi de 62,9% e que, enquanto a taxa de participação feminina cresceu, em relação à 2000, passando de 52,7% para 53,7% em 2001, a taxa de participação masculina apresentou variação negativa no período, passando de 73,4% para 72,8%. (SEADE, 2002a, p. 6).

ções e setores de atividade que concentram diferencialmente homens e mulheres (Bruschini, 1994) e que expressam a divisão sexual do trabalho que opera tanto na família como no mercado de trabalho através de conteúdos históricos e culturais.

Por outro lado, o setor da atividade econômica que mais sofreu redução de empregos nesta região nos anos 90 foi o setor industrial e, especialmente, o ramo metal-mecânico, que emprega predominantemente homens. Embora a perda de postos industriais também tenha afetado as mulheres, estas representavam, no ano 2000, 32,6% dos trabalhadores industriais, enquanto representavam cerca de 30% dos ocupados no setor industrial no início da década (Montali, 2002). Nos processos envolvidos na reestruturação produtiva e organizacional da indústria as mulheres foram menos afetadas pela redução das hierarquias das empresas, porque ocupavam poucos cargos de chefia; como também foram menos afetadas na inovação de processos, com a introdução de novos equipamentos, pois poucas operavam máquinas. Em ambos os casos os homens foram afetados por eliminação de postos ou por substituição (Matesco, 1995; Lavinias; Matesco, 1996).

Assim, nesta etapa da reorganização das atividades econômicas, a divisão sexual do trabalho vigente na indústria, objeto de muitos estudos (Lobo, 1991) denunciando a desigualdade entre homens e mulheres, possibilitou, a redução menos drástica da atividade feminina no mercado de trabalho.

No entanto, a mesma divisão sexual do trabalho favorece que sejam mais frágeis as formas de vinculação das mulheres ao mercado de trabalho. Além de sua menor proporção entre os assalariados da Região Metropolitana de São Paulo, é crescente na década de 90 sua vinculação ao mercado de trabalho através do trabalho autônomo, assalariamento sem registro em carteira de trabalho e em serviços domésticos (Troncoso, 1998; Bruschini; Lombardi, 1999/2000; Montali, 1998; 2000; SEADE, 2002b).

A redução do assalariamento e a fragilização das formas de vinculação ao mercado de trabalho vêm afetando também a inserção masculina, com o crescimento das inserções não regulamentadas. No período entre 1989 e 2001 a participação de empregados com vínculos formalizados entre os ocupados se reduz de 62,1% para 47,6% (SEADE, 2002b, p.3)

As mulheres ocupadas estão concentradas no setor de serviços, que tem continuado a oferecer oportunidades de trabalho no decorrer dos anos 90 na Região Metropolitana de São Paulo absorvendo também parcelas crescentes da força de trabalho masculina, apesar de alguns de seus ramos passarem por reestruturação, tais como os serviços financeiros e o comércio. As mulheres são absorvidas em um setor com relativa expansão de oportunidades de trabalho, no entanto, no setor terciário são maiores as possibilidades de vinculações precárias ao mercado de trabalho e esse fato reduz as chances de inserção da mulher em empregos de qualidade.

Dois fatores devem ser considerados na análise do crescimento da participação da mulher em atividades remuneradas: por um lado a seletividade do mercado, que ao definir um novo padrão de absorção da força de trabalho tem possibilitado a manutenção e o crescimento da participação da mulher; e, por outro, alterações nos valores em relação ao papel da mulher na sociedade e alterações na estruturação dos núcleos domésticos têm aumentado a disponibilidade desta, em todas as idades e posições na família para o trabalho remunerado.

RELAÇÕES FAMILIARES E TRABALHO FEMININO

As análises a partir do mercado de trabalho indicam as tendências do emprego, enquanto as análises a partir da unidade familiar permitem conhecer as respostas das famílias e dos sujeitos com suas atribuições familiares às diferentes conjunturas que condicionam as possibilidades de emprego.

Um dos supostos da pesquisa sobre os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho (Montali, 2002) é que a diferenciação interna à família com base nas relações de gênero e atribuições dos papéis familiares "limita o comportamento indiferenciado dos membros da família como uma pura 'força de trabalho', mobilizável em caso de necessidade econômica" (Hirata; Humphrey, 1994). Em outras palavras, existem barreiras e motivações distintas que mobilizam ou restringem os diferentes componentes da família para o trabalho.

Ao levar em conta este balizamento e a divisão sexual do trabalho, que atua conjuntamente nas atividades produtivas e no interior da família, definindo os lugares de homens e mulheres nessas duas instâncias (Barrère-Maurisson, 1992), esta pesquisa, que abrange os anos 80 e 90, vem evidenciando especificidades na mobilização dos componentes das famílias especialmente quando se consideram o gênero e os papéis familiares e, também, a distinta mobilização destes nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar (Montali, 1998, 2000b, 2002).

Assim, a divisão sexual do trabalho definida a partir das atribuições dos gêneros, que, sob a concepção tradicional da família, destinam o homem ao trabalho e a mulher à família, é evidenciada, por um lado, pelas mais elevadas taxas de participação dos membros masculinos adultos, sejam eles chefes, filhos ou outros parentes adultos, registradas em todos os tipos de família. Por outro lado, as limitações que as representações das atribuições femininas impõem à inserção das mulheres-cônjuges e mães em atividades remuneradas são evidenciadas pelas taxas de ocupação mais baixas por elas apresentadas tanto em relação às de outras mulheres em distintas posições familiares, tais como filhas adultas e mulheres-chefes de família, como em relação às taxas de ocupação de maridos e de filhos adultos. Não obstante isto, registra-se nesse período, e de maneira mais intensa em alguns tipos de família, o acentuado crescimento de sua participação em atividades no mercado. Entre 1989 e os anos do final da década de 90, a taxa de participação das cônjuges passa de 39,1%, no início do período, para

51,6% em 1999 e 52,2% em 2000. Sua taxa de ocupação também é crescente em todo o período: 35,6% em 1989, 37,7% em 1992, 40,5% em 1998 e 42,1% em 2000 (Gráfico 3). As taxas de participação das cônjuges em todo o período analisado são inferiores às taxas de participação feminina na Região Metropolitana de São Paulo, equiparando-se a estas nos anos de 1999 e 2000 (Gráfico 2). Permanecem, no entanto, bastante abaixo da taxa de participação da PIA regional.

Deve-se acrescentar, entretanto, que a intensidade do crescimento da participação da cônjuge no mercado de trabalho foi superior ao crescimento dessa taxa para o total das mulheres no período 1989 a 2000, ou quase o dobro. Enquanto a taxa de participação das cônjuges cresceu 13,2 pontos percentuais, a taxa de participação para o total de mulheres cresceu 7,3 pontos percentuais, tendo passado de 44,8% em 1989, para 52,1% em 2000.

É interessante observar que se elevam as taxas de participação das cônjuges e das chefes femininas nos períodos em que se acirra o desemprego, assinalando patamares de crescimento.⁵ Com relação às cônjuges, a taxa de participação cresce 5,3 pontos percentuais entre 1990 e 1992, período de crise e de aumento do desemprego, ou seja, passa de 39,1% para 44,4% e chega a 45% em 1993. Entre 1997 e 1999, novo período com mais elevado desemprego, quando novamente muda de patamar, cresce 2,8 pontos percentuais, passando de 48,9% para 51,7%.

As chefes femininas, apresentam, comparativamente às cônjuges, taxas de participação mais elevadas, evidenciando seu papel de provedora. Desde 1985 mais que a metade delas estava disponível para o mercado de trabalho, ou seja, nesse ano sua taxa de participação

⁵ Periodização considerada na análise: 1981- 1983: recessão; 1984 - 1986: recuperação e crescimento da atividade econômica; 1987- 1989: desaceleração da atividade econômica e superinflação; 1990 - 1992: recessão (início da reestruturação produtiva na RMSP); 1993-1996: recuperação sem recuperação do emprego; 1997-1999: acentuação do desemprego na RMSP e baixo crescimento econômico, 2000: recuperação temporária do crescimento da economia.

era de 54,6%. Nos anos em que se acentua o desemprego do início da década de 90, eleva-se sua taxa de participação para 57,2% em 1991 e 58,5% em 1993. Em 1999, ano em que foi registrada a mais elevada taxa de desemprego na Região Metropolitana desde o início da série, da ordem de 19,5%, a taxa de participação das chefes femininas chegou a 59,2%. As chefes femininas apresentam crescimento na taxa de participação de 3,9 pontos percentuais no período entre 1989 e 2000.

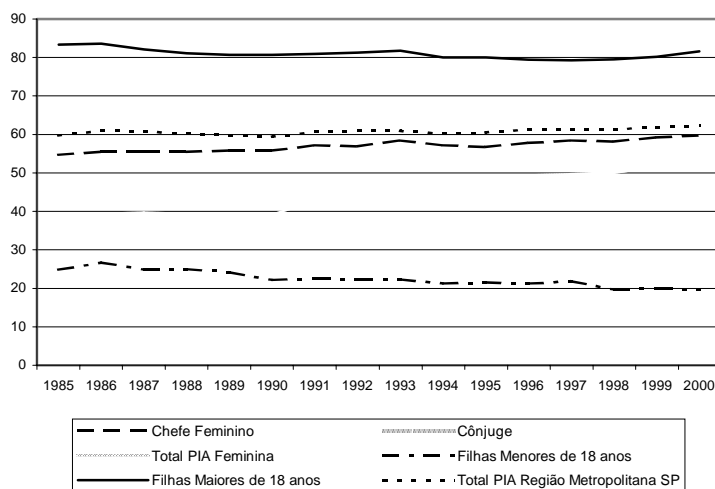
A mobilização das cônjuges e chefes femininas para o mercado de trabalho é evidenciada pelo grande crescimento da taxa de participação desses componentes familiares. Muito possivelmente as chefes femininas e cônjuges acentuam sua mobilização nos períodos de maior desemprego para garantir a manutenção da família ameaçada pela perda de trabalho de algum de seus provedores. No entanto, como pode-se observar no Gráfico 2, essa mobilização não se arrefece nos períodos de recuperação da economia, muito pelo contrário, continua a crescer a partir desses novos patamares.

A elevação da taxa de participação não significa necessariamente maior absorção pelo mercado de trabalho, assim, as taxas de ocupação das mulheres chefes de família oscila ao redor dos 52%, caindo para 50% nos anos de 1992, 1998 e 1999, períodos de mais elevado desemprego mencionados acima (Gráfico 3). A conseqüência disso é a elevação da sua taxa de desemprego nos respectivos anos, que chega a ser de 14% em 1998 e 1999 (Gráfico 4).

As filhas adultas, ou seja, com mais de 18 anos, são as componentes femininas que apresentam maior mobilização para o trabalho durante todo o período analisado, expressa pelas mais elevadas taxas de participação, comparativamente às chefes femininas, às cônjuges e às filhas menores de 18 anos (Gráfico 2). Sua taxa de participação oscila próxima de 80% - com pequena redução entre 1995 e 1998 e recuperação nos dois últimos anos analisados - e se assemelha à apresentada pelos chefes masculinos e pelos filhos masculinos adultos. Suas taxas de ocupação são também mais elevadas, porém registram

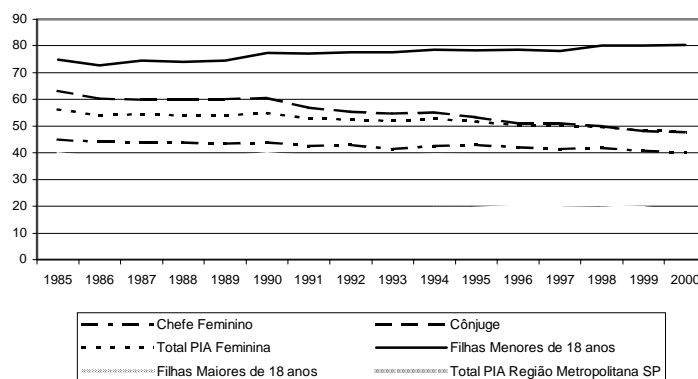
queda a partir de 1989, afetadas tanto pela reorganização da produção e da gestão na Região Metropolitana de São Paulo que se instala com maior intensidade a partir de 1990, como pela redução do ritmo de crescimento da economia. Em 1989, a taxa de ocupação destes componentes femininos era de 72%, bastante mais elevada do que as apresentadas pelas cônjuges nesse ano, 35,6%, bem como mais elevadas do que as das chefes femininas, da ordem 53% no mesmo ano (Gráfico 3).

**GRÁFICO 2 – Taxa de participação por posição na família
Região Metropolitana de São Paulo – 1985-2000 em porcentagem**



Fonte: SEADE – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: Montali, L. NEPP/UNICAMP, 2002

GRÁFICO 3 – Taxa de ocupação por posição na família
Região Metropolitana de São Paulo – 1985-2000 em porcentagem

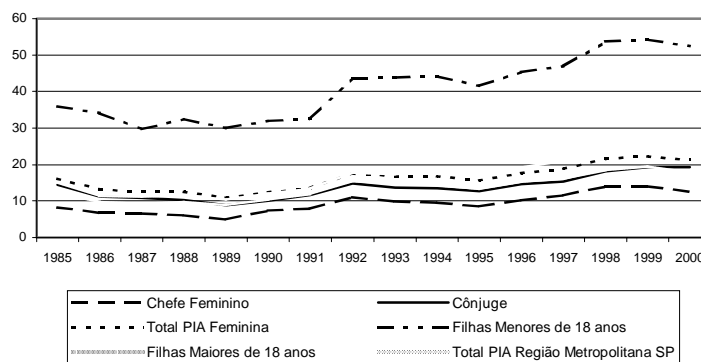


Fonte: SEADE – Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: Montali, L. NEPP/UNICAMP, 2002

No entanto, no período analisado, as taxas de ocupação das filhas adultas apresentam tendência de queda progressiva, acentuando-se nos anos de maior desemprego, ao passo que as taxas de ocupação das chefes femininas oscila em torno do patamar de 51%, - com quedas nos períodos de maior desemprego na região -, e as taxas de ocupação das cônjuges apresenta tendência de crescimento a partir de 1989, elevando-se nos períodos de maior desemprego, 1991 a 1993, quando passa de 37,8% para 39% e, no final da década, a partir de 1996, ultrapassando os 41% (Gráfico 3). Dessas tendências diferenciadas para cada uma das três situações de posição na família resultam taxas de ocupação mais próximas, em 2000, apresentadas por esses componentes familiares, do que as observadas no início do período analisado; ou seja, no final do período a taxa de ocupação das filhas adultas passou a ser de 62,5%, a das chefes femininas, 52,2% e a das cônjuges 42,1%. No caso das filhas maiores que 18 anos, além de ser menor sua atribuição na manutenção da família, deve-se também levar em conta nesta interpretação as restrições na década de noventa, encontradas pelos jovens no acesso ao emprego e à perda de postos de trabalho industriais, onde parcelas importantes destas se inserem.

São exatamente as filhas menores de 18 anos e as adultas que elevam a taxa de desemprego feminino na Região Metropolitana de São Paulo. As taxas de desemprego das chefes femininas são as mais baixas dentre as taxas referentes às mulheres no período, seguidas pelas das cônjuges (Gráfico 4). Para exemplificar e tomando o ano de 1999, de mais elevado desemprego na região metropolitana no período 1989 a 2000, a taxa de desemprego da chefe feminina era da ordem de 14%, a das cônjuges, de 19,2% - semelhante à taxa regional de 19,4% - e, as das filhas adultas, de 24,8%. As filhas menores de 18 anos são as que apresentaram a maior taxa de desemprego, da ordem de 54%. Assim, a taxa de desemprego feminina na região foi de 22,2% em 1999.

GRÁFICO 4 – Taxa de desemprego por posição na família
Região Metropolitana de São Paulo – 1985-2000 em porcentagem



Fonte: SEADE – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: Montali, L. NEPP/UNICAMP, 2002

Os resultados do estudo (Montali, 2002) sugerem que, frente ao recrudescimento do desemprego e as novas características dos desempregados, ocorreu um rearranjo de inserção no mercado entre os diferentes componentes da família. A mobilização dos componentes da família para o mercado de trabalho neste período de maior desemprego - que se acentua a partir de 1992 até o momento presente - é

bastante diferenciada daquela que foi analisada por ocasião do momento recessivo de 1981-1983 (Montali,1995). Mais que as características da composição familiar, apesar da acentuação de algumas tendências na sua estruturação, da pequena redução no seu tamanho e da mais significativa redução na proporção de filhos menores de 10 anos, alterou-se o padrão de absorção da força de trabalho vigente na década de 90 em relação aos anos iniciais de 80. E, nessa nova realidade do mercado de trabalho alteram-se os arranjos de inserção dos componentes da família no mercado, bem como a sua contribuição para a composição da renda familiar (Montali, 2000a e 2002).

PERFIS OCUPACIONAIS POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA

O objetivo neste item é observar possíveis mudanças ocorridas durante a década de noventa nos padrões de vinculação dos componentes femininos das famílias, tendo como referência três padrões de vinculação ao mercado, identificados para o início da década, diferenciados segundo posição na família e sexo (Montali,1997/1998). Um primeiro padrão identificado nos estudos anteriores referidos, é apresentado pelos chefes de família masculinos e filhos e filhas maiores de 18 anos, caracterizado por taxas mais elevadas de participação e de ocupação e por proporções mais elevadas de ocupados com carteira de trabalho assinada. Essas proporções são maiores que as dos demais componentes das famílias e que a média regional. Além da maior proporção de trabalho regulamentado, esse padrão também apresenta a maior concentração de ocupados no setor industrial.

Um segundo padrão é apresentado pelas mulheres chefes de família e pelas cônjuges com taxas de participação e de ocupação menos elevadas e com proporções de trabalhadoras com carteira de trabalho assinadas menores que as apresentadas pelos componentes familiares do primeiro padrão e menores que a média regional. Caracterizam-se também pela menor proporção de assalariadas, indicando

outras formas de vinculação ao mercado. Além disso, esse padrão caracteriza-se pela maior concentração de ocupados no setor de serviços,⁶ no qual estão inseridas cerca de 80% das chefes femininas e cônjuges ocupadas.

Os filhos e filhas menores de 18 anos apresentam um terceiro padrão específico, com as mais baixas taxas de participação e de ocupação e elevadas taxas de desemprego. O padrão de inserção deste subgrupo evidencia a vinculação precária ao mercado de trabalho, caracterizada por proporções com carteiras assinadas menor que a média regional e proporções de ocupados sem registro muito maiores que a média, embora o assalariamento seja a forma predominante.

Examinam-se a seguir possíveis mudanças nestes padrões durante a década, referidas apenas aos componentes femininos e à sua diferenciação por posição na família. Procura-se identificar como as alterações verificadas no mercado de trabalho incidem diferencialmente sobre os componentes femininos da família e modificam suas possibilidades e seu perfil de inserção em atividades econômicas.

Na análise das formas de inserção no mercado de trabalho das chefes femininas, cônjuges e filhas maiores de 18 anos, verifica-se que estas, ainda que se apresentem bastante próximas das médias femininas, mantêm algumas especificidades. Diferenciando-se das filhas adultas, cônjuges e chefes femininas possuem grande semelhança de inserção por setores de atividade econômica. Sua presença na indústria ainda se mantém abaixo da média feminina e sua maior concentração está no setor de serviços, que é um setor em expansão.

As chefes femininas e cônjuges apresentam tendência semelhante na inserção no setor industrial, setor que além de ser predominantemente absorvedor de força de trabalho masculina passa por grandes transformações no período, que contribuem para reduzir as possibilidades de inserção da mulher neste. Entre as cônjuges ocupa-

⁶ Refere-se ao conjunto de atividades do setor de serviços, incluindo as atividades do terciário aqui agrupadas em atividades comerciais, atividades de serviço e serviços domésticos.

das 24,6% estavam no setor industrial em 1989, com a reestruturação produtiva e a queda na oferta de empregos da indústria na Região Metropolitana de São Paulo, essa proporção cai. Em 1992 apenas 18,6% das cônjuges estava no setor industrial, 18% em 1995, chegando à 14% em 1998. No ano 2000 há uma pequena recuperação da economia e a inserção das cônjuges na indústria chega a 14,9%. Dentre das chefes femininas, também 24% das ocupadas estavam no setor industrial em 1989. No período essa proporção sofre queda de 10,5 pontos percentuais, dessa forma, em 1998 chega a 13,5% e a 13,9% em 2000.

O componente familiar feminino mais afetado pela retração do emprego industrial na década são as filhas maiores de 18 anos. Primeiramente porque apresentavam proporções de inserção em atividades industriais mais elevadas que as cônjuges e chefes, sendo assim mais vulneráveis à retração deste setor. Em segundo lugar, porque sofrem as restrições em sua absorção pelo mercado de trabalho que afetam a população jovem nos anos 90 (Pochmann, 1998 e Lourenço, 2002). Assim, as filhas maiores de 18 anos sofrem queda na absorção pelo setor industrial maior que as dos outros componentes femininos. Em 1989, 32% das filhas maiores de 18 anos ocupadas estavam no setor industrial, em 1992 essa proporção cai para 26% e para 23,6% em 1995, chegando a seu nível mais baixo nos anos finais da década, com absorção de cerca de 18% destas. Apesar da queda na absorção das filhas adultas pelo setor industrial, a proporção destas ainda se mantém acima da média feminina que, em 2000, é de 15,6% (Tabela 1).

TABELA 1 – Distribuição dos ocupados por setor de atividade segundo posição na família (sexo feminino) Região Metropolitana de São Paulo - 1989, 1992, 1995, 1998 e 2000

Componentes Femininos por posição na família	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Serviços Domésticos	Sector Serviços Subtotal (1)	Outros (2)	Total (3)	
1989	Chefe	24,06	0,54	10,05	48,61	15,81	74,46	0,32	100,00
	Cônjuge	24,60	0,33	13,84	45,88	14,55	74,26	0,18	100,00
	Filhos	32,10	0,88	16,49	43,04	6,62	66,15	0,12	100,00
	Menores de 18 anos	32,37	0,54	25,02	28,59	12,81	66,42	0,13	100,00
	Maiores de 18 anos	32,02	0,97	14,08	47,12	4,88	66,08	0,11	100,00
	Parentes e não pa-	32,53	0,56	14,40	34,54	17,47	66,41	0,11	100,00
	Total (4)	27,63	0,56	14,14	44,42	12,42	70,98	0,18	100,00
1992	Chefe	19,61	0,66	12,15	50,07	16,93	79,15	0,30	100,00
	Cônjuge	18,62	0,54	15,55	48,98	15,69	80,22	0,35	100,00
	Filhos	25,10	0,83	17,69	47,66	8,12	73,46	0,33	100,00
	Menores de 18 anos	21,09	0,26	26,82	36,20	15,28	78,30	0,26	100,00
	Maiores de 18 anos	26,00	0,96	15,63	50,23	6,51	72,38	0,35	100,00
	Parentes e não pa-	24,94	0,30	15,20	39,61	19,30	74,11	0,42	100,00
	Total (4)	21,19	0,63	15,54	48,07	13,96	77,57	0,34	100,00
1995	Chefe	17,61	0,50	11,98	51,47	17,79	81,24	0,38	100,00
	Cônjuge	17,99	0,32	15,67	48,75	16,88	81,30	0,12	100,00
	Filhos	22,07	0,74	18,92	50,14	7,69	76,76	0,16	100,00
	Menores de 18 anos	15,61	0,48	29,02	39,37	15,13	83,52	0,10	100,00
	Maiores de 18 anos	23,57	0,80	16,59	52,64	5,96	75,19	0,18	100,00
	Parentes e não pa-	23,92	0,47	17,00	38,78	19,29	75,07	0,20	100,00
	Total (4)	19,50	0,49	16,06	48,87	14,62	79,55	0,18	100,00
1998	Chefe	13,52	0,29	12,17	51,75	21,80	85,72	0,36	100,00
	Cônjuge	13,96	0,36	15,54	50,93	18,73	85,20	0,25	100,00
	Filhos	16,81	0,90	20,02	54,54	7,34	81,90	0,23	100,00
	Menores de 18 anos	12,80	0,66	30,63	41,80	13,18	85,61	0,66	100,00
	Maiores de 18 anos	17,45	0,94	18,32	56,59	6,40	81,30	0,17	100,00
	Parentes e não pa-	15,75	0,55	17,19	40,99	25,29	83,47	0,08	100,00
	Total (4)	14,71	0,50	16,19	51,43	16,74	84,35	0,25	100,00
2000	Chefe	13,90	0,31	10,72	51,75	22,67	85,14	0,38	100,00
	Cônjuge	14,92	0,31	14,95	50,63	18,74	84,32	0,19	100,00
	Filhos	18,08	0,73	17,83	54,78	7,88	80,49	0,31	100,00
	Menores de 18 anos	15,17	0,14	23,18	44,94	15,45	83,57	0,56	100,00
	Maiores de 18 anos	18,50	0,81	17,05	56,22	6,78	80,05	0,27	100,00
	Parentes e não pa-	16,30	0,16	14,96	41,39	26,91	83,26	0,28	100,00
	Total (4)	15,63	0,42	14,84	51,43	17,14	83,40	0,26	100,00

Fonte: SEADE - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP, 2001

(1) Subtotal inclui comércio, serviços, empregos domésticos

(2) Outros inclui agricultura

(3) O total inclui sem declaração

(4) O total inclui outros componentes familiares

As filhas menores de 18 anos ocupadas apresentam queda constante e acentuada no emprego pelo setor industrial entre 1989 até 2000, as proporções de ocupadas no setor caem de 32,4% para 15,2%.

Na década de 90, como conseqüência da reestruturação produtiva e da desconcentração industrial na Região Metropolitana de São Paulo, cai o emprego no setor industrial, porém a expansão do setor terciário, possibilita maior incorporação de trabalhadores da Região durante parte dessa década.

O setor de serviços permanece, nos anos 90, como o principal absorvedor da força de trabalho feminina. Também neste são observadas especificidades nas formas de inserção de cada componente familiar. Padrão semelhante de inserção em atividades de serviços é apresentado pelas cônjuges e chefes femininas. As filhas tanto menores como maiores de 18 anos apresentavam, no início da década de 90, participação um pouco menor nesse setor, mas com a retração do emprego industrial, ocorre migração entre setores de atividade e crescimento acentuado da participação destas no setor de serviços.

Assim, todos os componentes femininos da família apresentam no período aumento na absorção pelo setor de serviços, a diferença está na intensidade do crescimento. Em 1989, 74% das cônjuges e chefes femininas ocupadas estavam inseridas no setor de serviços, em 1992 a proporção aumenta para 80%, para 81% em 1995 e para cerca de 85% nos últimos anos da década, com crescimento da ordem de 10 pontos percentuais durante o período.

As filhas, que apresentavam menores proporções de ocupadas inseridas no setor de serviços no início do período são as que mais aumentam sua absorção durante a década de 90. Para as filhas maiores, o crescimento do emprego no setor de serviços no período de 1989 a 2000 é de 14 pontos percentuais; passam de 66% em 1989 para 75,2% em 1995, chegam a 81,3% em 1998 e a 80% em 2000. As filhas menores de 18 anos apresentam crescimento ainda maior entre 1989 e 2000, da ordem de 17 pontos percentuais. Passam de 66,4%

em 1989 para 83,5% em 1995, chegando a 85,6% em 1998, com pequena queda em 2000 (83,5%).

Considerando o setor serviços composto pelas atividades de serviços, atividades comerciais e serviços domésticos, observa-se que a maior concentração feminina é nas atividades de serviços e essa concentração aumenta ao longo do período estudado.

A partir de 1992, momento de elevado desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, cerca de 50% dos componentes femininos adultos passa a ser absorvido pelas atividades de serviços. Essa proporção apresenta-se relativamente estável para as chefes femininas e cônjuges até o ano 2000. Para as filhas maiores de 18 anos, com a acentuação da redução da absorção pelo setor industrial, a proporção das inseridas nas atividades de serviços chega a 56% nos anos do final da década (Tabela 1).

No caso das filhas menores de 18 anos, ainda que parcelas crescentes sejam absorvidas pelas atividades de serviços – 28,6% no início do período e 44,9% em 2000 -, cerca de um quarto destas é absorvido pelas atividades comerciais e perto de 15%, a partir de 1992 é empregada em serviços domésticos.

Assim, como consequência das transformações do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo e do aumento do desemprego observa-se mais claramente, a partir de 1992, tendências diferenciadas na absorção das mulheres, associando posição na família, atribuições e também oportunidades e restrições associadas às idades.

Semelhanças entre chefes femininas e cônjuges na absorção pelos setores e ramos de atividade econômica, evidenciam além da concentração de metade destas nas atividades de serviços, vista acima, o deslocamento contínuo destas das atividades industriais para os serviços domésticos, que passam de 17% e 15,7%, respectivamente para as chefes femininas e cônjuges em 1992, para 22,7% e 18% em 2000. As atividades comerciais absorvem desde 1992 até 2000, cerca de 15% das mulheres cônjuges e cerca de 12% das mulheres chefes de família, com pequena redução destas últimas para 10,7% no ano 2000.

TABELA 2 – Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, segundo posição na família (sexo feminino) Região Metropolitana de São Paulo - 1989, 1992, 1995, 1998 e 2000

Componentes Femininos por Posição na Família	Assalariado				Autônomo	Empregador	Empregado doméstico	Trabalhador familiar	Total (2)	
	Com registro	Sem registro	Sector público	Subtotal (1)						
1989	Chefe	42,54	5,59	14,48	63,06	18,73	1,98	15,79	0,19	100,00
	Cônjuge	34,15	4,79	15,48	54,63	24,14	3,23	14,41	3,40	100,00
	Filhos	61,06	12,19	11,21	84,69	5,91	0,70	6,62	2,08	100,00
	Menores de 18 anos	44,57	28,39	2,09	75,46	6,07	0,07	12,81	5,60	100,00
	Maiores de 18 anos	65,71	7,62	13,79	87,30	5,87	0,88	4,88	1,09	100,00
	Parentes e Não Parentes	54,30	11,22	7,48	73,21	7,59	0,56	17,47	1,17	100,00
	Total	46,27	8,03	13,12	67,68	15,79	1,97	12,19	2,24	100,00
1992	Chefe	41,11	5,66	15,96	62,78	17,37	2,60	16,92	0,28	100,00
	Cônjuge	29,98	5,06	16,47	51,58	25,23	3,85	15,39	3,83	100,00
	Filhos	53,84	12,91	12,27	79,11	8,45	0,97	8,12	3,34	100,00
	Menores de 18 anos	32,12	29,77	1,39	63,45	7,99	0,09	15,28	13,19	100,00
	Maiores de 18 anos	58,71	9,12	14,72	82,63	8,56	1,17	6,51	1,13	100,00
	Parentes e Não Parentes	49,11	9,68	9,20	68,17	11,05	0,53	19,30	0,95	100,00
	Total	40,73	7,91	14,40	63,12	17,86	2,51	13,63	2,81	100,00
1995	Chefe	37,93	7,19	15,09	60,36	18,24	2,98	17,77	0,47	100,00
	Cônjuge	30,08	6,29	15,50	51,90	22,38	4,80	16,64	4,15	100,00
	Filhos	51,58	16,50	11,32	79,46	8,68	1,28	7,69	2,83	100,00
	Menores de 18 anos	29,50	33,14	2,78	65,42	9,48	0,10	15,13	9,87	100,00
	Maiores de 18 anos	56,69	12,66	13,30	82,71	8,49	1,55	5,96	1,20	100,00
	Parentes e Não Parentes	45,77	14,72	7,06	67,61	10,62	1,01	19,29	1,48	100,00
	Total	38,86	10,03	13,52	62,47	16,91	3,20	14,35	2,89	100,00
1998	Chefe	34,04	7,87	13,51	55,45	19,28	2,94	21,77	0,24	100,00
	Cônjuge	29,74	6,81	12,84	49,41	22,80	5,28	18,33	4,13	100,00
	Filhos	50,37	17,35	10,76	78,50	9,79	1,25	7,33	2,91	100,00
	Menores de 18 anos	24,53	30,57	2,83	57,93	14,01	0,14	13,15	14,22	100,00
	Maiores de 18 anos	54,53	15,23	12,03	81,80	9,11	1,42	6,39	1,09	100,00
	Parentes e Não Parentes	38,59	14,74	7,09	60,42	11,82	0,76	25,29	1,71	100,00
	Total	36,95	10,46	11,90	59,33	17,92	3,43	16,31	2,85	100,00
2000	Chefe	31,99	8,00	14,42	54,45	19,38	2,94	22,63	0,22	100,00
	Cônjuge	28,44	8,13	12,51	49,10	24,54	4,64	18,14	3,45	100,00
	Filhos	47,81	20,93	9,07	77,92	10,35	1,13	7,88	2,68	100,00
	Menores de 18 anos	15,65	37,72	2,02	55,39	15,40	0,14	15,45	13,62	100,00
	Maiores de 18 anos	52,50	18,48	10,10	81,21	9,62	1,27	6,78	1,09	100,00
	Parentes e Não Parentes	34,88	15,22	7,30	57,40	13,20	1,07	26,87	1,15	100,00
	Total	34,74	12,09	11,59	58,47	19,10	3,15	16,66	2,44	100,00

Fonte: SEADE - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP, 2001

(1) Subtotal inclui assalariados que não sabem o setor

(2) O total inclui outras

As filhas adultas, a partir de 1992, concentram-se – mais que a metade das ocupadas – nas atividades de serviços, conseqüência da evidente migração do emprego industrial, que se reduz de 32% para 26% entre 1989 e 1992, prosseguindo em queda. Em 2000, com a pequena recuperação industrial chega a 18,5%. As atividades comerciais absorvem pequena parcela destas trabalhadoras – 15,6% em 1992 e 17% em 2000. É muito pequeno o emprego doméstico, que permanece cerca de 6% das filhas adultas a partir de 1992 até 2000, bastante distinto do perfil de inserção das filhas menores de 18 anos e, das chefes e cônjuges indicados acima.

A flexibilização das relações de trabalho na Região Metropolitana, na década de noventa, também se expressa de maneira distinta para os diferentes componentes femininos da família. A redução de oportunidades de trabalho assalariado principalmente no setor privado, por sua vez, promoveu padrões de deslocamento para outras formas de vinculação ao mercado, segundo posição na família e sexo do componente, como veremos a seguir.

As filhas maiores de 18 anos apresentam proporção de assalariamento mais elevada e maior que a média feminina e a média total desde o início da série estudada, 1989 até 2000. Seus índices se assemelham aos índices dos chefes masculinos e filhos maiores de 18 anos que têm as maiores proporções de assalariamento entre os componentes da família. Apesar disso todos sofrem redução nessa proporção durante o período. Em 1989, 87,3% das filhas maiores de 18 anos, 72,5% dos chefes masculinos e 83% dos filhos maiores de 18 anos eram assalariados, esse número cai para 82,7%, 65% e 75,7% em 1995 respectivamente. Chegando a 81,2%, 62% e 75,5% em 2000. Além disso entre as filhas adultas assalariadas pode-se observar uma queda de 13,2 pontos percentuais na proporção de assalariadas com registro, de 65,7% em 1989 passam para 52,5% em 2000. Chefes masculinos e filhos maiores de 18 anos sofrem queda de 13,4 e 14,5 pontos percentuais, respectivamente, dentre os assalariados com registro.

A proporção de estatutários, assalariados do setor público, também cai 5,3 pontos percentuais para as filhas adultas, 2,1 pontos para os chefes masculino e 2,3 para os filhos adultos, o que demonstra, mais uma vez, a decadência do trabalho regulamentado.

Com a queda nas formas regulamentadas de trabalho observa-se a absorção das filhas maiores de 18 anos por formas de vinculação menos protegidas, tais como as assalariadas sem registro e autônomas. A proporção de autônomas entre as filhas maiores de 18 anos cresce 3,7 pontos percentuais de 5,9% em 1989, para 8,5 % em 1995 e 9,6% em 2000. Já as assalariadas sem registro crescem de 7,6% em 1989, para 12,7% em 1995 e chegam a 18,5% em 2000.

As filhas menores de 18 anos sofrem queda de 32,2 pontos percentuais na proporção de assalariadas, entre 1989 e 2000. Com essa queda observa-se a migração dessas meninas para outros tipos de vínculos empregatícios, o que causa o crescimento da proporção de autônomas e trabalhadoras familiar. Em 1989, das filhas menores de 18 anos trabalhadoras 12,8% estavam inseridas em emprego doméstico, 6% eram autônomas e 5,6% eram trabalhadoras familiares; em 1995 esses números crescem para 15,1%, 9,5% e 9,9% respectivamente e chegam em 2000 a 15,5%, 15,4% e 13,6%.

As chefes femininas e as cônjuges apresentam padrões semelhantes de vínculos no mercado de trabalho. Ambas têm proporção de assalariadas, menor que a média total e sofrem queda durante o período. Em 1989 63% das chefes femininas são assalariadas e 54,6% das cônjuges, em 2000 esse número cai respectivamente para 54,5% e 49,1%. Entre as assalariadas a proporção de trabalhadoras com registro cai para ambas em 10,5 pontos percentuais para as chefes e em 5,8 pontos para as cônjuges. Já a proporção assalariadas do setor público se mantém estável cerca de 14,4 % para as chefes e cai para as cônjuges, de 15,5% em 1989 para 12,5% em 2000. Assim como as filhas maiores de 18 anos, as chefes femininas e as cônjuges, mesmo já possuindo vínculos de trabalho mais informais, também sofrem aumento

das formas de vinculação menos protegidas. A proporção de assalariadas sem registro cresce 2,4 pontos percentuais para as chefes femininas e 3,3 pontos para as cônjuges entre 1989 e 2000. Já a proporção de autônomas se mantém estável, com pequenas variações cerca de 19% para as chefes femininas e de 24% para as cônjuges nesse período. O emprego doméstico cresce 6,8 pontos percentuais para as chefes e 3,7 para as cônjuges.

Associada à redução do emprego regulamentado e ao crescimento de outras formas de inserção no mercado, menos protegidas pela legislação trabalhista, verifica-se também a redução da contribuição para a previdência com conseqüências para as famílias e o país.

Atualmente 60% da população ocupada no setor privado não está protegida pela previdência. Quem não contribui hoje, não terá direitos a benefícios quando perder sua capacidade de trabalho. Em 2025, mais da metade deste contingente de “sem-previdência” já terá mais de 60 anos e o seu sustento deverá significar o aumento dos gastos assistenciais e redução da renda disponível das famílias (Brant, 2001).

Embora tal redução tenha afetado todos os componentes femininos das famílias, as maiores quedas foram observadas para aqueles que apresentam em 1989 as maiores proporções com contribuição previdenciária, que são as chefes femininas e filhas maiores de 18 anos. Em 1989 71,4% das chefes ocupadas contribuíam com a previdência, esse número cai para 65,1% em 1995 e chega a 59,2% em 2000, com queda de 12,3 pontos percentuais em todo período. As filhas maiores de 18 anos, que em 1989 eram as maiores contribuintes entre as componentes femininos da família, também sofrem grande queda na proporção de contribuintes de 16,1 pontos percentuais, passam de 84,1% para 68%.

As cônjuges que apresentam vinculação mais precária se comparada com chefes e filhas maiores de 18 anos, sofrem queda comparativamente menor de 8 pontos percentuais no período, essas, passam de 61,8% de contribuintes para 53,8%. As filhas menores de 18 anos apresentam a maior queda no período e, em 2000, apenas 16,8% delas contribuem.

TABELA 3 – Distribuição dos ocupados por contribuição à previdência, segundo posição na família (sexo feminino)

Região Metropolitana de São Paulo - 1989, 1992, 1995, 1998 e 2000

Componentes Femininos por Posição na Família		Contribui para a previdência	Não contribui para a previdência	Sem declaração	Total
1989	Chefe	71,42	28,48	0,10	100,00
	Cônjuge	61,82	38,05	0,13	100,00
	Filhos	75,95	24,00	0,04	100,00
	Menores de 18 anos	47,07	52,93	0,00	100,00
	Maiores de 18 anos	84,11	15,83	0,06	100,00
	Parentes e Não Parentes	70,03	29,85	0,11	100,00
	Total	68,63	31,28	0,10	100,00
1992	Chefe	70,70	29,27	0,03	100,00
	Cônjuge	59,87	40,10	0,03	100,00
	Filhos	71,11	28,84	0,05	100,00
	Menores de 18 anos	34,72	65,28	0,00	100,00
	Maiores de 18 anos	79,28	20,66	0,06	100,00
	Parentes e Não Parentes	67,81	32,07	0,12	100,00
	Total	65,63	34,32	0,04	100,00
1995	Chefe	65,13	34,75	0,12	100,00
	Cônjuge	58,74	41,18	0,08	100,00
	Filhos	66,96	32,90	0,14	100,00
	Menores de 18 anos	31,70	68,30	0,00	100,00
	Maiores de 18 anos	75,12	24,70	0,18	100,00
	Parentes e Não Parentes	60,08	39,85	0,07	100,00
	Total	62,31	37,59	0,11	100,00
1998	Chefe	61,23	38,75	0,03	100,00
	Cônjuge	56,54	43,39	0,07	100,00
	Filhos	65,85	34,14	0,02	100,00
	Menores de 18 anos	27,68	72,32	0,00	100,00
	Maiores de 18 anos	71,97	28,01	0,02	100,00
	Parentes e Não Parentes	56,76	43,24	0,00	100,00
	Total	59,97	39,98	0,04	100,00
2000	Chefe	59,15	40,85	0,00	100,00
	Cônjuge	53,82	46,13	0,05	100,00
	Filhos	61,48	38,49	0,04	100,00
	Menores de 18 anos	16,82	83,18	0,00	100,00
	Maiores de 18 anos	67,99	31,97	0,04	100,00
	Parentes e Não Parentes	51,15	48,69	0,16	100,00
	Total	56,83	43,13	0,04	100,00

Fonte: SEADE - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP, 2001

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto dos dados evidencia na década de 90 a já conhecida degradação das condições de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo associada ao aumento do desemprego e à diminuição do emprego formal protegido. As mulheres que iniciam a década com inserções com maior grau de informalização, são ainda mais afetadas por essa situação. Esse contexto que, por outro lado também afeta mais intensamente os jovens no período estudado (Pochmann, 1998; Lourenço, 2002), aproxima o perfil do trabalho dos componentes familiares femininos com distintas posições na família. Assim, cônjuges, chefes e filhas maiores de 18 anos começam a apresentar indicadores de regulamentação, informalização, setores e vinculação ao mercado mais aproximados. Mas, esse fato ainda não dilui os três padrões de inserção no mercado, observados no início da década de noventa e aqui destacados.

As filhas maiores de 18 anos permanecem incluídas no primeiro padrão com proporções de assalariadas com registro (52,2%) mais elevadas que as demais componentes femininas da família e maiores que a média regional no ano 2000 (40%). Além disso, apesar de terem perdido grande parte dos postos de trabalho na indústria estas continuam apresentando a maior concentração de ocupadas no setor industrial, quando comparadas com as demais componentes femininas da família. Em 2000, sua proporção de ocupadas nesse setor (18,5%) é menor apenas que a dos filhos maiores de 18 anos (21,2%) e dos chefes masculinos (23,6%).

Chefes femininas e cônjuges permanecem com as características identificadas no segundo padrão, com proporções de registro em carteira de trabalho menores que as médias feminina e regional. Em 2000, apenas 32% das chefes femininas e 28,4 % das cônjuges possuem carteiras assinadas. Além disso, permanecem concentradas no setor de serviços. Cerca de 80% das chefes femininas e cônjuges ocupadas estavam inseridas nesse setor no começo do período estudado e,

em 2000, essa proporção sobe para 85%, apresentando 8 pontos percentuais acima da média regional para esse ano, que é de 77%.

Finalmente, as filhas menores de 18 anos também conservam o padrão observado no início da década, que evidencia a vinculação precária ao mercado de trabalho. São muito baixas as proporções destas em empregos regulamentados e as proporções de ocupadas com registro em carteira de trabalho bem menores que a média feminina e regional, em 2000.

As tendências de absorção pelo mercado de trabalho aqui sintetizadas, expressam as mudanças nas formas de inserção no mercado na Região Metropolitana de São Paulo, na última década, e refletem-se nos arranjos familiares para a manutenção da sobrevivência. A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho vem se evidenciando como fato importante na alteração dos arranjos familiares de inserção articulados pelas famílias nos anos 90. No decorrer da década, cresce também a importância da contribuição dos componentes femininos na composição dos rendimentos familiares, tornando-se responsáveis por parcelas crescentes dos rendimentos das famílias na Região Metropolitana de São Paulo, especialmente em determinados tipos de família (Montali, 2000a; 2002).⁷ Por outro lado, é progressiva a redução na diferença entre os rendimentos médios auferidos por homens e mulheres, resultante dos processos relacionados à inserção no mercado de trabalho e às restrições diferenciadas no acesso ao emprego por sexo nos anos 90.⁸

(Recebido para publicação em janeiro de 2003)

(Aceito em maio de 2003)

⁷ Em 1985, a participação média dos componentes femininos na composição da renda familiar era de 22,5% e passa, entre 1989 e 2000, de 29,3% para 33,6% (Montali, 2002, p. 206). Deve-se ressaltar que em determinados tipos de família tais proporções são mais elevadas.

⁸ Considerando-se os rendimentos de todas as fontes dos componentes familiares com rendimento, a diferença proporcional dos rendimentos médios femininos em relação aos masculinos era de 48% em 1985, de 54% em 1990, e de 61,5% em 2000 (Montali, 2002, p.207).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Laís. Imagens de gênero e políticas de recursos humanos na modernização produtiva. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.11, n.1, p.110-121. 1997.
- ABRAMO, Laís. Insercion laboral de las mujeres em América Latina: una fuerza de trabajo secundaria? In: SEMINÁRIO TEMÁTICO INTERDISCIPLINAR: Os estudos do trabalho: novas problemáticas, novas metodologias e novas áreas de pesquisa. – Campinas: Unicamp, 2000 (mimeo).
- ALAST. Trabajos do GT – género, familia y trayectorias laborales. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DEL TRABAJO. 3, 2000, Buenos Aires.
- BARRÈRE-MAURISSON, Marie-Agnés. **La division familiale du travail - la vie en double**. Paris: Presses Universitaires, 1992.
- BRANDÃO, Sandra; MONTAGNER, Paula. Novas características do desemprego. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 10 Caxambu. 1996. **Anais...**
- BRANT, Roberto. Previdência, inclusão social e combate à pobreza. **Informe de Previdência Social /MPAS**. Brasília, v.13, n.7, jul. 2001.
- BRUSCHINI, M. Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. In: SEMINÁRIO NACIONAL: POLÍTICAS ECONÔMICAS, POBREZA E TRABALHO, IPEA. **Série Seminários**, 7. 1994.
- BRUSCHINI, M. C.; LOMBARDI, Maria Rosa. **A bi-polaridade do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as novas ocupações**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1999.
- BRUSCHINI, M. C.; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho feminino no Brasil no final do século: ocupações tradicionais e novas conquistas. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO INTERDISCIPLINAR: Os estudos do trabalho; novas problemáticas, novas metodologias e novas áreas de pesquisa. UNICAMP, nov/dez. 2000.
- BRUSCHINI, M. C.; Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas, ABEP,NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. 2000.
- GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M. The erosion of a survival model: urban household responses to persistent poverty. WORKSHOP GENDER, Poverty and Well-being: Indicators and Strategies. UNRISD, UNDP,CDS. Trivandrum, Kerala, november 1997.
- HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, USP, v.4, n.1/2, p.111-131, 1994.
- HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. **Salariat, precarité, exclusion. Travail et rapports sociaux de sexe/genre, une perspective internationale**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMOGRAFIA DA EXCLUSÃO. Campinas. NEPO/UNICAMP, 1997.
- HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Reorganização da produção e transformações do trabalho. Uma nova divisão sexual do trabalho. Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira. In: SEMINÁRIO DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. mar. 2001.

LAVINAS, Lena; MATESCO, Virene R. A reestruturação produtiva nas empresas brasileiras e seu reflexo sobre a força de trabalho por gênero. IPEA. **Texto para Discussão 400**, 1996.

LOBO, Elizabeth S. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense/SMC-PMSP. 1991.

LOURENÇO, Cleber Luiz. **Características da inserção ocupacional dos jovens no Brasil**. Campinas. 2002. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, UNICAMP.

MATESCO, Virene R. A dinâmica da reestruturação produtiva. **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, v.49, n.5, p.48-51. 1995.

MONTALI, Lília. **Família e trabalho na conjuntura recessiva: crise econômica e mudança na divisão sexual do trabalho**. São Paulo. 1995. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo.

MONTALI, Lília. **Trabalho e família na Região Metropolitana de São Paulo na primeira metade dos anos 90: instabilidade e reestruturação produtiva**. Relatório Final apresentado ao CNPq. Campinas. NEPP/UNICAMP, 1998.

MONTALI, Lília. **Trabalho e família no final dos anos 90: arranjos familiares de inserção e condições de vida sob o recrudescimento de desemprego**. Relatório Final (fevereiro) apresentado ao CNPq. Campinas. NEPP/UNICAMP, 2000a.

MONTALI, Lília. Mudanças recentes na relação família – trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu. 2000b.

MONTALI, Lília. **Família e trabalho: principais tendências no período 1985 a 2000 – crise, reestruturação produtiva e mudança na relação família-trabalho**. Relatório Final (setembro) apresentado ao CNPq. Campinas. NEPP/ UNICAMP, 2002.

POCHMANN, M. Inserção ocupacional e o emprego dos jovens. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET. **Coleção ABET – Mercado de trabalho**, v.6, 1998.

POSTHUMA, Anne C.; LOMBARDI, M. Rosa. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação SEADE, v.11, n.1, p.124-131, 1997.

ROY, Lise. A inserção feminina no mercado de trabalho e sua qualificação. In: O MODO de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva. Campinas, SP: Editora Alínea. 1999.

SEADE. **Mulheres & Trabalho. A busca da equidade social**. São Paulo, SEADE, Home Page, n.3, mar., 2001a.

SEADE. **Mulheres & Trabalho. Desemprego feminino na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo, SEADE, Home Page, n.5, set., 2001b.

SEADE. **Mulheres & Trabalho. O mercado de trabalho feminino na Região Metropolitana de São Paulo em 2001**. São Paulo, SEADE, Home Page, n.7, mar., 2002a.

SEADE. **Mulheres & Trabalho. Ocupação feminina e flexibilização das relações de trabalho na RMSP – 1989-2001**. São Paulo, SEADE, Home Page, n.8 jun. 2002b.

SIMÃO, Andréa Branco et al. The effects of labor force aging and female participation growth on the income inequality. Salvador, In: GENERAL CONFERENCE IUSSP, 24 Salvador.

TRONCOSO, Eugênia L. A expansão do emprego feminino, na Região Metropolitana de São Paulo, nos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEB. Caxambu. 1998.

TRONCOSO, Eugênia L. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: TRABALHO e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas, ABEP,NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. 2000.

TRONCOSO, Eugênia L. Participação feminina na região metropolitana de São Paulo na década de 90: consolidação ou precarização? Salvador, In: GENERAL CONFERENCE IUSSP, 18-24, ago. 2001.

WAJNMAN, Simone; RIOS-NETO, Eduardo. Quantas serão as mulheres: cenário para a atividade feminina. In: TRABALHO e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas, ABEP,NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. 2000.

WAJNMAN, Simone; RIOS-NETO, Eduardo *et al.* A atividade econômica dos idosos no Brasil. In: MUITO além dos 60: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA. 1999.